

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.759.529 - RN (2018/0202557-8)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
RECORRENTE : **FAZENDA NACIONAL**
RECORRIDO : **CRAST CONSTRUÇOES E SERVICOS LTDA - MICROEMPRESA**
ADVOGADOS : **FREDERICO ARAÚJO SEABRA DE MOURA E OUTRO(S) - RN004780**
MARCOS AURÉLIO SANTIAGO BRAGA - RN006393

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 03/STJ. SUPOSTA OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA DE VÍCIO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. CONDENAÇÃO DA FAZENDA NACIONAL EM HONORÁRIOS DE ADVOGADO. DESCABIMENTO. ART. 19, § 1º, I, DA LEI 10.522/2002 (COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI 12.844/2013). APLICABILIDADE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região cuja ementa é a seguinte:

PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. RECONHECIMENTO, PELA FAZENDA NACIONAL, DO INCONFORMISMO DA PARTE EXECUTADA. CONDENAÇÃO AO ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA. ISENÇÃO PREVISTA NO ART. 19, § 1º, I, DA LEI 10.522/2002. NÃO APLICAÇÃO AO CASO CONCRETO. SENTENÇA MANTIDA.

1. Apelação interposta pela parte autora contra sentença que extinguiu a presente execução fiscal, sem resolução do mérito (art. 485, VI, do CPC), e condenou o órgão fazendário ao pagamento de honorários de sucumbência fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, até o limite de 200 (duzentos) salários mínimos, observando-se a regra prevista nos §§ 3º e 5º do art. 85 do CPC.

2. Não é preciso muito esforço para se perceber que a matéria tratada nesta demanda (impossibilidade de ajuizamento desta execução fiscal em razão de suspensão da exigibilidade do crédito tributário determinada em outra demanda) não se enquadra em nenhuma das hipóteses previstas nos incisos I a V do art. 19 da Lei 10.522/2002, razão pela qual não se mostra possível a aplicação, no caso concreto, da isenção a que se refere o art. 19, § 1º, I, da Lei 10.522/2002.

3. Em vista disso, e considerando-se que a própria Fazenda Nacional, em sua resposta à exceção de pré-executividade apresentada pela parte ora apelada (Ident. 4058400.2347979), afirmou ter determinado, administrativamente, a extinção do débito tributário em cumprimento à tutela de urgência confirmada em 10/05/2016 na sentença proferida na ação

Superior Tribunal de Justiça

ordinária (0807834-40.2015.4.05.8400) correlata a esta execução fiscal, deve aquele órgão fazendário ser condenado ao ônus da sucumbência, em respeito ao princípio da causalidade.

4. Ressalte-se que a presente execução fiscal foi ajuizada em 14/02/2017, depois de já ter sido intimada a Fazenda Nacional (em 19/05/2016) da sentença supracitada que confirmou a tutela de urgência concedida na ação ordinária de n. 0807834-40.2015.4.05.8400 para suspender a exigibilidade do crédito tributário em discussão.

5. Apelação não provida.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

No recurso especial, interposto com base na alínea *a* do permissivo constitucional, a recorrente aponta ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, bem como ao art. 19 da Lei 10.522/2002, alegando, em síntese, que: (a) o acórdão recorrido manteve-se omissa, mesmo após a oposição de embargos de declaração; (b) "não houve a causalidade necessária à condenação em honorários, pois, espécie, o executado não teve qualquer prejuízo que justificasse a interposição da exceção, uma vez que todas as providências administrativas referentes ao cumprimento das ordens judiciais que determinavam a suspensão e posteriormente extinção do crédito cobrado foram diligentemente tomadas, sendo a interposição da exceção totalmente desnecessária".

O recurso foi admitido pela decisão de fl. 1.414.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, registre-se que o presente recurso submete-se à regra prevista no Enunciado Administrativo n. 3, *in verbis*: "*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC*".

Depreende-se dos autos que o Tribunal de origem, de modo fundamentado, tratou das questões suscitadas, resolvendo de modo integral a controvérsia posta.

Na linha da jurisprudência desta Corte, não há falar em negativa de prestação jurisdicional nem em vício quando o acórdão impugnado aplica tese jurídica devidamente fundamentada, promovendo a integral solução da controvérsia, ainda que de forma contrária aos interesses da parte.

Assim, não havendo no acórdão recorrido omissão, obscuridade, contradição ou erro material, não fica caracterizada ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015.

Por outro lado, o art. 19, § 1º, I, da Lei nº 10.522/2002 (com redação dada pela Lei nº 12.844/2013, publicada no DOU de 19/07/2013, e vigente à época da prolação da sentença extintiva) dispõe que, nas matérias de que trata o dispositivo legal em questão, o Procurador da Fazenda Nacional que atuar no feito deverá, expressamente, "reconhecer a procedência do pedido, quando citado para apresentar resposta, inclusive em embargos à execução fiscal e exceções de pré-executividade, hipóteses em que não haverá condenação em honorários".

A hipótese dos autos amolda-se à referida previsão legal, porquanto a Fazenda Nacional, instada a se manifestar sobre a exceção de pré-executividade oposta, reconheceu a procedência do pedido, situação que autoriza, portanto, afastar sua condenação em honorários advocatícios.

A corroborar esse entendimento, destacam-se:

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE
PRÉ-EXECUTIVIDADE. RECONHECIMENTO PELA FAZENDA

Superior Tribunal de Justiça

NACIONAL DA PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REDAÇÃO DADA PELA LEI N. 12.844/2013. NÃO CABIMENTO. PRECEDENTES.

I - Com o advento da Lei n. 12.844/2013, prevalece o entendimento de que "a Fazenda Nacional é isenta da condenação em honorários de sucumbência nos casos em que, citada para apresentar resposta, inclusive em embargos à execução fiscal e em exceções de pré-executividade, reconhecer a procedência do pedido nas hipóteses dos arts. 18 e 19 da Lei n. 10.522/2002." (AgInt no AgInt no AREsp n. 886.145/RS, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe em 25/5/2016).

II - Recurso especial improvido.

(REsp 1759051/RS, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 18/12/2018)

TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. RECONHECIMENTO PELA FAZENDA NACIONAL DA PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PRECEDENTES.

1. De acordo com a atual redação do inciso I do § 1º do art. 19 da Lei n. 10.522/2002, que foi dada pela Lei n. 12.844/2013, a Fazenda Nacional é isenta da condenação em honorários de sucumbência nos casos em que, citada para apresentar resposta, inclusive em embargos à execução fiscal e em exceções de pré-executividade, reconhecer a procedência do pedido nas hipóteses dos arts. 18 e 19 da Lei n. 10.522/2002.

2. Assim, o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que o reconhecimento da procedência do pedido implica a descaracterização da sucumbência, visto que não houve resistência à pretensão formulada pelo autor, de forma que, nos termos do art. 19 da Lei 10.522/2002, deve ser afastada a condenação em honorários.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AgInt no AREsp 886.145/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/11/2018, DJe 14/11/2018)

Assim, impõe-se o provimento do recurso, a fim de afastar a condenação em honorários de advogado.

Diante do exposto, com base no art. 932, V, do CPC/2015 c/c o art. 255, § 4º, III, do RISTJ e a Súmula 568/STJ, dou parcial provimento ao recurso especial, nos termos da fundamentação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator